

A AÇÃO DO ESTADO NAS TEORIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL¹

Maurício Galeazzi Medeiros De Farias².

¹ Projeto de pesquisa realizado no Mestrado em Desenvolvimento da Unijui

² Aluno do Mestrado em Desenvolvimento da Unijuí.

1- INTRODUÇÃO

Economistas, sociólogos, antropólogos, ambientalistas, historiadores e geógrafos, entre outros estudiosos de diversas áreas do conhecimento, dedicam muita atenção ao desenvolvimento. Por terem objetivos diferentes, formam muitas teorias e modelos que discutem este tema. Este presente artigo busca caracterizar e identificar a ação do estado na “Teoria dos Pólos de Crescimento” de François Perroux, os “Efeitos de Encadeamento” de Albert Hirschman, “Base de Exportação” do Douglas North, a teoria do “Big Push” desenvolvida por Rosenstain-Rodan após, é caracterizado o pensamento Cepalino. Concluindo as teorias, foi apresentado o “Processo Endógeno do Desenvolvimento” e por fim, as considerações finais da pesquisa.

Justificando a escolha destas por se tratarem de teorias keynesianas de ações de intervenção do poder público com o objetivo de melhorar o desenvolvimento nas regiões, e também, pela grande influência que estas exerceram nas políticas implantadas por governos de diversos países inclusive no Brasil.

Ao Estado, podem ser atribuídas funções que variam das mais intervencionistas às menos intervencionistas, portanto é impossível torná-lo um agente neutro. É a partir destas transformações, ao longo do tempo, que justificam seu estudo, sobretudo se for adicionada a concepção das teorias do desenvolvimento e os problemas estruturais que a cercam.

2- RESULTADOS E DISCUSSÕES

Estes teóricos estudados (François Perroux, Albert Hirschman, Douglas North, Rosenstain-Rodan, Cepal e processo Endógeno do Desenvolvimento) evidenciavam as irregularidades do processo de crescimento e desenvolvimento, portanto, em todas as teorias é necessária e intervenção estatal por causa da tendência de concentração setorial e espacial.

Para Perroux (1975) a intervenção do estado não se limita a atrair indústrias e atribuir a elas, a tarefa de estimular o processo de crescimento ou desenvolvimento de um território, mas sim de atuar através da elaboração de políticas que tenham o objetivo de promover o desenvolvimento técnico, humano e a cooperação entre regiões ricas e pobres. O autor destaca que a formação e consolidação de um pólo dependem também de transformações nas estruturas mentais e sociais da população local, sendo tarefa dos governos o papel de realizar ações para estimular a propensão a poupar, o investimento, o trabalho, a inovação, a elaboração e execução de planos de desenvolvimento.

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: XX Jornada de Pesquisa

Já Myrdal (1965), dizia que as economias mais pobres produziam bens primários com baixo valor agregado, enquanto as economias mais dinâmicas aproveitavam os lucros da produção em escala e promoviam rápidas expansões no parque industrial tendo assim, um grau de desenvolvimento desigual entre as localidades. Para que isso não ocorra, Myrdal (1965) defendia de forma ardente a intervenção do Estado na economia para conter as forças de mercado, buscar um progresso social com o objetivo de melhorar a qualidade de vida, estimular o investimento, alocar os recursos em regiões distintas, melhorar a infra-estrutura, aumentar a produtividade da agricultura, fornecer uma melhor saúde, educação e treinamento da população. Fatores estes, quando combinados, tenderiam a aumentar os níveis de igualdade regional.

A teoria de Hirshman (1961), diz que a principal dificuldade que as regiões enfrentam para se desenvolver é por causa da incapacidade de dinamizar os recursos e não somente, pela sua escassez. O estado precisa estimular as atividades rotineiras (easy-to-exploit), tornando os investimentos uma força capaz de compensar as dificuldades, por meio de seus efeitos de complementaridade. O investimento público deve então, desempenhar um papel de indução, privilegiando as áreas potencialmente mais promissoras no curto prazo. Porém, no longo prazo deve-se buscar a equidade nacional.

Vencedor do Nobel de Economia em 1993, Douglass North acredita que as nações vão prosperar quando seus governantes garantirem a competição entre as empresas e fortalecerem as instituições. Os países que não pensassem assim, para ele, permaneceriam em situação de atraso econômico e social, pois esses fatores são mais importantes que riquezas naturais, clima favorável ou agricultura. O principal papel do Estado deve ser de restringir e criar regras econômicas que garantam a estabilidade e incentivem a competição para tornar a iniciativa privada mais eficiente. Portanto, sua sentença conclusiva é de que a nação que não possuir instituições ativas não irá abandonar a condição de atraso e de pobreza. Já a teoria de Rosenstein-Rodan (1902-85), partia da idéia que para promover o desenvolvimento, o Estado deveria realizar um conjunto de investimentos e assim, promover um Big Push. Esse grande impulso colocaria a economia em movimento alcançando assim níveis maiores de produtividade e renda.

A partir da década de 1950, após a II Guerra Mundial, forma-se na América Latina a CEPAL, que é um novo ciclo de pensamento sobre o desenvolvimento na qual o Estado desempenha funções de bastante importância.

Este pensamento é dividido em varias etapas. De 1950 a 1960 houve uma fase em que a idéia principal era a substituição de importações por um processo de industrialização. O Estado nesta fase era considerado então, o planejador, financiador, avalista, produtor, gerenciador e o condutor da industrialização.

A partir de 1970 os países da América Latina começaram a enfrentar dificuldades financeiras devido à dependência externa e a baixa capacidade de viabilizar o desenvolvimento. Começaram assim, tomar recursos externos e aumentar o seu endividamento para financiar a sua industrialização. Nesta fase, o estado na concepção cepalina deveria começar a pensar na igualdade social e nas exportações industriais para se alcançar o desenvolvimento.

O endividamento externo chegou ao seu ápice nos anos de 1980 e com ele, surgiram problemas com os credores internacionais e a inflação devido à ação estatal das décadas anteriores. Nesta etapa, o

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico
Evento: XX Jornada de Pesquisa

pensamento cepalino era de que o Estado deveria buscar o fortalecimento das políticas fiscais, acumular capital, manter a harmonia social e renegociar as suas dívida.

Em 1990 surgiu uma nova proposta da CEPAL para a retomada do desenvolvimento da Região que foi conhecida como a Transformação Produtiva com Equidade. A idéia central era de que a região se industrializasse com a inserção da sociedade através da criação de empregos produtivos e de melhorias sociais. O papel do Estado se diferenciou do papel das décadas anteriores formando assim, um “novo” Estado, o qual não deveria ser “grande” como no passado e nem o financiador, admitindo um pensamento mais liberal devido a influencia do Consenso de Washington, do Banco Mundial, da Crise externada da Região e, ainda, a necessidade de retomada do crescimento de forma mais endógena. Assim o papel do Estado, no novo paradigma de desenvolvimento regional, deve estar voltado para as instâncias locais, visto que estas possuem maiores vantagens sobre as instâncias governamentais centrais, na medida em que elas estão mais próximas dos que utilizam os bens e serviços formando assim, uma dinâmica “de baixo para cima”.

Portanto, é o Estado que deveria promover o processo Endógeno, a geração de poupança pública e recuperar a capacidade de investimento para que assim, melhore a infra-estrutura e crie um efeito multiplicador sobre o emprego, produto, renda e investimentos privados. As políticas devem estar voltadas para evitar a formação de “enclaves” no surgimento de aglomerações industriais, pois para esta teoria, é a partir deles que se promove o desenvolvimento econômico.

3- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou dar uma maior ênfase ao papel do Estado na economia, com a finalidade de investigar e compreender seu papel no campo do desenvolvimento econômico. Conclui-se que, mesmo com a ocultação ou negação do Estado, tanto no pensamento clássico, liberal e neoliberal, conferem a este uma função importante para o progresso. Quanto à pergunta do presente trabalho (qual o papel do Estado nas teorias do desenvolvimento econômico?), a resposta é que tanto o Estado como as teorias fazem parte de uma realidade social constituída de relações políticas, econômicas, sociais, históricas e culturais dos homens com o meio, dotadas de suas próprias leis de regulação e reprodução levando em consideração a característica e o pensamento de cada um.

As políticas de desenvolvimento, sejam elas locais ou regionais, precisam ter capacidade de atuação sobre as grandes variáveis econômicas como renda, emprego, crescimento e o mercado de trabalho. Afinal, não se pode pensar em política de desenvolvimento sem pensar, por exemplo, em criação de emprego e sem atuar sobre os juros, pois além de afetarem a competitividade dos produtos e serviços de uma região, ocasionam impactos sobre fundamentais aspectos da economia como a dinâmica do capital, as taxas de crescimento, os financiamentos, a relação entre investimento e especulação financeira, o grau de incerteza e de instabilidade da economia analisada.

Os pensadores do desenvolvimento produziram um conjunto considerável de hipóteses e conceitos econômicos sobre a periferia atrasada. Mais do que simples conceitos teóricos distanciados da realidade, esses autores organizaram instrumentos de intervenção e transformação para as sociedades atrasadas.

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico
Evento: XX Jornada de Pesquisa

Repensar as questões conceituais do desenvolvimento econômico e as principais teorias permite reflexões na direção de um novo modelo de desenvolvimento, que associe o crescimento da produção com a melhor alocação e utilização dos bens e serviços, onde o Estado e o mercado devem atuar na busca do bem estar social.

4- BIBLIOGRAFIA

BANCO MUNDIAL. O desafio do desenvolvimento. Relatório sobre o desenvolvimento mundial. Rio de Janeiro: Banco Mundial/FGV, 1991.

BARQUERO, Antonio Vásquez. Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

BIELSCHOWSKY, R. (Org.) Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL: uma resenha. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CADERNOS DO DESENVOLVIMENTO. Ano 1, n. 1. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2006.

ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: SACHS, W. Dicionário do desenvolvimento: guia para conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 59-83.

HIRSCHMAN, Albert. Estratégia do Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

KEYNES, John Maynard. Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. São Paulo: Atlas, 1992.

MYRDAL, Gunnar. Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas. (Texto original: Economic Theory and Underdeveloped Regions, 1957). Rio de Janeiro: Saga, 1965.

NORTH, D. Teoria da localização e crescimento econômico regional. In SCHWARTZMAN, J. Economia Regional. Textos escolhidos. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.

PERROUX, François. A economia do século XX. Porto: Herder, 1967.

ROSENSTEIN-RODAN, P. N. Problemas de industrialização da Europa oriental e sub-oriental. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Coord.) A Economia do Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

SIEDENBERG, Dieter Rugard. Desenvolvimento sob múltiplos olhares. Ijuí: Unijuí, 2012.

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico
Evento: XX Jornada de Pesquisa

VÁRIOS AUTORES. Conversas com Economistas Brasileiros Livro I. São Paulo: Editora 34, 1ª edição, 1996.